

## **Contribuições da Psicologia Sócio-Histórica ao estudo da teoria das Representações Sociais**

*Wanda Maria Junqueira de Aguiar<sup>1</sup>*

iajunqueira@uol.com.br - PUCSP

*Ana Mercês Bahia Bock<sup>2</sup>*

anabock@terra.com.br - PUCSP

### **Resumo**

O presente artigo pretende um diálogo entre duas teorias que têm momentos históricos de encontro e colaboração, principalmente no que diz respeito à busca científica da superação da dicotomia subjetividade-objetividade, que marca o desenvolvimento da Psicologia. A Teoria das Representações sociais e a Psicologia Sócio-Histórica não têm uma origem comum, mas, no Brasil, têm momentos e representantes importantes que as colocaram em diálogo, como o fez a profa. Silvia Lane. Este artigo pretende dar continuidade a relação que se estabeleceu como condição possível de avanço de ambas as teorias. Apresentam-se aqui princípios gerais da perspectiva Sócio-Histórica que é adotada pelas autoras, para posteriormente se instalar um conjunto de preocupações e questionamentos, a partir dessa perspectiva, para a Teoria das Representações Sociais. Visão de homem, princípios metodológicos e categorias de análise estão postos como temas do diálogo, tendo como pano de fundo o desejo de ambas as teorias conquistar a superação da dicotomia individual-social; subjetividade-objetividade.

**Palavras-chave:** Teoria das Representações Sociais. Psicologia Sócio-Histórica. Método dialético.

## **Contributions of Social-Historical Psychology to the study of Social Representations Theory**

### **Abstract**

This text intends to be a dialogue between two theories, which have historical moments of encounter and cooperation, mainly about the scientific search on overcoming the subjective-objective dichotomy emphasized in the Psychology development. The Theory of Social Representations and Social-Historical Psychology don't have the same background but, in Brazil, there were some moments and important representatives that

---

<sup>1</sup> Wanda M. Junqueira de Aguiar: Psicóloga, professora titular do departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da PUCSP; professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da PUCSP.

<sup>2</sup> Ana Mercês Bahia Bock: Psicóloga, professora titular do departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da PUCSP; professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da PUCSP.

give them the possibility to dialogue, as Silvia Lane did. This article intends to continue the established relationship developed as condition to go forward in both theories. Hereby follow the general aspects of Social-Historical perspective on which the authors base their questioning to the Theory of Social Representations and the problems that arise ahead. The concept of human being, methodological principles and analytical categories are the given themes; their background is the desired of both theories to overcoming the dichotomy between individual and social, subjective and objective.

**Key words:** Theory of Social Representations. Social-Historical Psychology. Dialectical method.

### *Introdução*

O objetivo desse texto é estabelecer um diálogo com a Teoria das Representações Sociais a partir da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica. Essa iniciativa se justifica pelo fato de que, nos anos 80, quando buscávamos, junto e coordenadas pela Profa. Silvia Lane uma saída para os impasses no campo da Psicologia Social, estivemos dialogando com a Teoria de Moscovici. As dificuldades naquele momento se apresentavam em função da crítica que fazíamos às abordagens existentes (e mesmo dominantes), no campo da Psicologia Social, que eram, a nosso ver, naturalizantes e descomprometidas com as transformações sociais necessárias. Abordagens como a da Teoria do Papel, a leitura da representação do eu de Goffman e a abordagem cognitivista desenvolvida no Brasil por Aroldo Rodrigues, amplamente difundida e utilizada, eram as ferramentas mais utilizadas no campo da Psicologia Social e a insatisfação com essas leituras era grande. Eram abordagens fundamentadas em uma visão de ciência positiva e neutra e em sua base epistemológica encontrava-se a dicotomia entre objetividade e subjetividade, produzindo conhecimentos que enfatizavam um dos lados da separação. Sujeito e sociedade e mundo interno e mundo externo ficavam inevitavelmente em lados separados e à Psicologia restava ficar com a subjetividade, dando as costas à sociedade, ou se por ao lado de tendências sociológicas que esvaziavam a psicologia de seu objeto. É, exatamente, neste período que a profa. Silvia Lane traz, como possibilidade de avanço, a Teoria das Representações Sociais.

Uma análise concreta das representações que um indivíduo tem do mundo que o rodeia, só é possível se as considerarmos inseridas num discurso bastante amplo, onde as lacunas, as contradições e, conseqüentemente, a ideologia possam ser detectadas. Este discurso amplo, para muitos autores, seria a visão de mundo que o indivíduo tem, porém permanece a questão do que vem a ser

no plano individual, esta visão de mundo... Compreender representações sociais implica então conhecer não só o discurso mais amplo, mas a situação que define o indivíduo que as produz... (LANE, 1984, p.36-37)

A partir daí estivemos, como equipe de Psicologia Sócio-Histórica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dialogando e estudando a teoria das representações sociais. É essa experiência que nos autoriza a apresentar esse texto com objetivo de retomarmos o diálogo possível entre nossas perspectivas.

Vamos iniciar o artigo apresentando algumas preocupações que têm sido objeto de reflexão na perspectiva Sócio-Histórica, para, a partir daí, fazermos algumas indagações à teoria das representações. Nossos questionamentos terão o seguinte foco: será que algumas das categorias fundamentais da Psicologia Sócio-Histórica (teóricas e metodológicas), oriundas do Materialismo Histórico e Dialético, podem contribuir para a análise das Representações Sociais?

Uma das preocupações que tem nos acompanhado é a que se refere à importância das categorias de análise, tanto teóricas como metodológicas, a serem utilizadas em nossas pesquisas; colada a essa questão está a reflexão sobre as categorias que temos utilizado e que têm revelado um grande potencial analítico, como as categorias sentido e significado, que pensamos serem aquelas que mais nos aproximam da Teoria das Representações Sociais.

Com relação ao primeiro ponto, poderíamos dizer que o cerne de nossas preocupações tem sido: como enfrentar o desafio teórico e metodológico de construir/aprimorar categorias, tanto metodológicas como teóricas, coerentes com a perspectiva adotada e que dêem conta da complexidade do real?

Mas o que estamos querendo desvelar/ apreender com nossas investigações? Que parte da realidade entendemos que deva ganhar visibilidade a partir de nossos estudos? No caso da Psicologia Sócio-Histórica, podemos afirmar que buscamos apreender, como afirma Vigotski (2001), "... a gênese social do individual", o movimento constitutivo do real, de modo a revelar suas contradições e suas mediações.

Conhecer a realidade exige o reconhecimento do processo permanente de interferência dos humanos que a transformam e a constituem. A realidade material é produzida pela ação humana e nesse processo os humanos também se transformam, produzindo humanidade. Os sujeitos se põem no mundo, humanizando o mundo material, produzindo cultura; fazem isso com os outros humanos, portanto inseridos em relações sociais e atuam dessa forma produzindo subjetividade. A realidade é um campo onde a humanidade, a cultura e as subjetividades estão em produção permanente. É a essa

relação e a esse movimento que queremos dar visibilidade, para que possamos entender os sujeitos como de natureza social e para que possamos apreender os sujeitos na sua constituição histórica.

Frente a esse objetivo, temos destacado algumas categorias de análise que têm demonstrado um grande potencial explicativo, ou seja, têm oferecido visibilidade a uma determinada zona do real, de suas contradições, de seu movimento, para além das aparências. Estamos nos referindo às categorias “Significado e Sentido”. Apresentá-las apenas não encerra a necessidade de discuti-las, de testá-las e isto só se faz pesquisando e discutindo. A capacidade explicativa depende muito da capacidade de teorizar, e assim, de aprimorar as categorias.

Ainda, antes de apresentarmos nossa compreensão acerca destas duas categorias e, claro, a importância que verificamos nas mesmas, entendemos como fundamental esclarecer a compreensão de homem que caracteriza a perspectiva sócio-histórica.

O homem está sendo aqui entendido como um ser social e histórico, que se constitui como tal nas relações que estabelece com outros seres humanos e com a cultura. Desse ponto de vista, o ser humano, já ao nascer, é dotado de um aparato biológico que lhe traz a possibilidade de humanização. Podemos dizer que ele nasce candidato à humanidade, como afirmou Leontiev (1978). No entanto, tal aparato não garante por si o desenvolvimento das características genuinamente humanas. Estas só se desenvolvem por meio das relações com os outros homens e com os objetos por eles produzidos. É no manuseio da cultura que os homens aprendem a ser humanos. A cultura contém em seus objetos, rituais, linguagem e hábitos as formas humanas de existência, pois estes objetos são construídos no processo de conquistas das habilidades e formas de vida. Seres humanos e mundo material são construídos e humanizados no mesmo processo. Assim, as características consideradas e reconhecidas como humanas são produzidas na relação do homem com o mundo material (natural), relação mediada pelos outros humanos. Homem e natureza se humanizam.

Tendo claro esta concepção de homem tomamos agora as categorias sentido e significado com o objetivo de não só explicá-las, mas de evidenciar o quanto elas nos ajudam na compreensão deste homem, o quanto elas cumprem seu papel de categorias teóricas. No entanto, entendemos que, de modo algum, tais categorias estão prontas e acabadas, mas sim em construção, aguardando aprimoramento que amplie seu potencial heurístico.

### **Significado e Sentido**

As categorias de significado e sentido, apesar de serem diferentes, não podem ser compreendidas desvinculadas uma da outra: uma não é sem a outra. Segundo Vigotski (2001), o significado corresponde, no campo semântico, às relações que a palavra pode encerrar; já no campo psicológico, ele nada mais é do que uma generalização, um conceito, uma zona dos sentidos.

O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata... é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos. (VIGOTSKI, 2001, p.465)

Os significados são produções históricas e sociais. São eles que permitem a comunicação e a socialização de nossas experiências.

Muito embora sejam mais estáveis, “dicionarizados”, os significados também se transformam no movimento histórico, momento em que sua natureza interior se modifica, alterando, conseqüentemente, a relação que mantêm com o pensamento, também ele um processo. Os significados referem-se, assim, aos conteúdos instituídos, mais fixos, compartilhados, que são criados pelos sujeitos coletivamente e apropriados por cada um a partir de sua própria subjetividade, num processo entendido como sempre emocionado<sup>3</sup>.

Neste processo de apropriação, é fundamental que se considere a base material que os significados representam; eles não são neutros. Ao contrário, são marcados pela ideologia, por “outros intencionados”. Vale lembrar que, para Bakhtin (1981, p.179), “a palavra não esquece nunca seu trajeto, não pode se desembaraçar inteiramente dos contextos concretos de que faz parte”.

O sentido, categoria que também aparece na última etapa da obra de Vigotski, tornou-se fundamental para o trabalho na perspectiva sócio-histórica. “O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada...” (VIGOTSKI, 2001, p.465).

---

<sup>3</sup> Segundo a perspectiva adotada, o pensamento deve sempre ser entendido como emocionado. Para Rey (2003) - o pensamento é um processo psicológico, não só por seu caráter cognitivo, mas pelas emoções que se articulam em sua expressão. Ainda segundo o autor, “A emoção caracteriza o estado do sujeito ante toda ação [...]. O emocionar-se é uma condição da atividade humana dentro da cultura” (2003, p.242). Em Teoria das Emoções, Vigotski, citando Spinoza, destaca que: “... afetos são estados corporais que aumentam ou diminuem a capacidade do corpo para a ação, favorecem-na ou limitam-na, assim, como as idéias que se tem sobre estes estados” (2004, p.16).

Vigotski deixa claro em sua contribuição que o sentido é uma categoria que faz referência ao que o sujeito experimenta psicologicamente diante das palavras. Gonzalez-Rey completa a produção de Vigotski quando afirma que,

O sentido articula de forma específica o mundo psicológico historicamente configurado do sujeito com a experiência de um evento atual. Nessa acepção, o sentido acontece em um elemento central de integração dialética entre o histórico e o atual na configuração da psique. (GONZALEZ-REY, 2004, p.50)

Sentido e significado são duas categorias com as quais se pretende dar visibilidade à relação que o sujeito mantém com o mundo social e cultural no qual está inserido e participa ativamente. Nas experiências que vai vivendo, o sujeito, de modo ativo, as elabora: as registra de forma emocionada. Nesse trabalho de construção, utiliza, como matéria prima, os significados que estão disponíveis e toda sua sensibilidade e história pessoal. Sujeito e coletivo se encontram nos significados e sentidos.

O sentido da palavra coloca-se em um plano que se aproxima mais da subjetividade. Fica evidenciada, desse modo, a complexidade de tal categoria e as dificuldades postas para apreendê-la.

A dimensão de sentido subjetivo facilita-nos acessar os espaços de produção subjetiva que representam complexas sínteses de momentos culturais e históricos impossíveis de serem captados pela razão dominante, centrada na aparência, na proximidade e no conscientemente significado. O histórico e o cultural têm infinitos canais de expressão presentes por meio de sua constituição subjetiva em um sujeito concreto. A subjetividade é um sistema complexo e, como tal, suas diferentes formas de expressão no sujeito e nos diferentes espaços sociais são sempre portadoras de sentidos subjetivos gerais do sistema que estão além do evento vivido, ou do contexto em que se centra a representação consciente do sujeito em nossas ações concretas. (GONZALEZ-REY, 2005, p.126)

Sem dúvida, a categoria sentido se apresentará como uma unidade constitutiva da subjetividade, capaz de nos ajudar a produzir visibilidade para a dimensão subjetiva da realidade. O sentido faz parte “... da qualidade do psíquico e rompe a lógica dicotômica que caracterizou a produção do conhecimento psicológico.” (GONZALEZ-REY, 2004, p.50).

O sentido nos permite superar a visão de que o mundo externo é estranho ao sujeito, como muitas teorizações nos levaram a crer. O sentido integra o externo e o interno; o individual e o social. O mundo psicológico deixa de ser uma resposta ao mundo externo.

A dimensão psicológica aparece como uma produção dos sujeitos possibilitada pela inserção ativa no mundo material e das relações sociais, mas que não é consequência linear destas vivências; é produção ativa e singular do sujeito. “ O sentido nunca é uma pegada automática deixada pela influência sobre um sujeito ou espaço social. O sentido é uma verdadeira produção psicológica de caráter diferenciado.” (GONZALEZ-REY, 2004, p.57). Sujeito e sociedade surgem como dimensões de uma realidade de atuação coletiva e transformadora sobre o mundo material. Sentidos e significados expressam estas dimensões: a individual e a do coletivo, mas sem se separarem ou constituírem realidades isoladas ou autônomas.

A Psicologia Sócio-Histórica preza a noção de que há um processo histórico em curso, onde sujeito e mundo vão se constituindo; reconhecemos nele aspectos, âmbitos ou mesmo dimensões e que a ciência, ao estudá-los, pode produzir maior visibilidade (desses aspectos e dimensões) sobre os mesmos, garantindo melhor compreensão dos fenômenos. A Psicologia tem se dedicado ao estudo da dimensão subjetiva da realidade. Concordamos assim com Gonzalez-Rey (2004) quando afirma que a subjetividade não é o oposto da objetividade, mas uma das qualidades da existência objetiva. E a realidade se enriquece, pois ganha visibilidade nela a dimensão dos sentidos, como uma dimensão psicológica; “... responsável pela forma que esses fenômenos adotam nos sistemas de relações do sujeito e em seus comportamentos individuais.” (GONZALEZ-REY, 2004, p.58).

Acreditamos que já temos aqui condições de iniciar nosso diálogo com a Teoria das Representações Sociais, ousando fazer algumas indagações a esta teoria.

Consideramos que um primeiro ponto importante e que aproxima as duas teorias é que ambas trabalham a partir da tensão existente na relação indivíduo - sociedade. O desenvolvimento da ciência moderna e da Psicologia como parte desta, a partir e sob uma dicotomia fundamental entre objetividade e subjetividade, faz com que os percursos teóricos que vão se desenvolvendo no campo da Psicologia, de forma contraditória, incluam a busca da superação da dicotomia que coloca o sujeito de um lado e sociedade de outro. No campo da Psicologia Social, onde a Teoria das Representações Sociais tem importante lugar, a questão estava posta até mesmo em perspectivas bem distintas: as tendências sociológicas e as psicológicas. A teorização do papel social enfatizou a organização social e buscou os determinantes do comportamento coletivo na rede de relações que se estabelecia entre os homens na chamada sociedade. As tendências cognitivas, ao contrário, enfatizaram a organização cognitiva que se processa nos sujeitos para, a partir daí, compreender o comportamento do sujeito quando está frente a outrem. Moscovici pode ser considerado um crítico da dicotomia e sua teoria uma busca

da relação entre os âmbitos social e psicológico. Sua intenção de renovação do pensamento caracterizado por excessivo individualismo da psicologia social americana é evidente.

Realmente, o desafio maior implicando tal renovação consistia em situar efetivamente a psicologia social na encruzilhada entre a psicologia e as ciências sociais, em ocupar de fato esse território limítrofe, onde se desenvolvem fenômenos cuja dupla natureza – psicológica e social – tem sido reiteradamente admitida, e que, por isso mesmo, já lhe pertencia de direito. (SÁ, 1993, p.23)

Sá esclarece as preocupações de Moscovici que podem ser tomadas como semelhantes às que existem nas produções sócio-históricas. A tensão entre o sujeito e a sociedade e a busca da superação da dicotomia que os distanciou é presente nas duas teorizações.

Se por um lado Celso Sá e Ângela Arruda introduziram o estudo das Representações Sociais no Brasil, Lane trouxe para o campo sócio-histórico a idéia das representações sociais como mediações e nós pudemos desenvolver nossas pesquisas, nos anos 80, a partir desta base.

As Representações Sociais são mediações entre a atividade e a consciência e se encontram no nível do empírico, o que nos possibilita captar o processo de consciência dos indivíduos. Representações compreendidas ‘como um processo cognitivo que implica imagens (reflexos) dos significantes sociais, com seus conteúdos ideológicos, as experiências vividas etc. e que possuem um papel de direção para as ações do indivíduo (...)’ (LANE, s/d, p.6) As representações sociais permitem o conhecimento concreto da consciência, pois são expressão dos seus conteúdos. As representações, veiculadas pela linguagem, são dados empíricos e, portanto, são o ponto de partida para a análise da consciência. (BOCK, 1993, p.282)

Esta proximidade se dava pela identificação com a tarefa de superar a dicotomia posta no campo da Psicologia Social e mesmo da Psicologia. Buscava-se uma leitura da realidade que integrasse os sujeitos e a sociedade; a objetividade e a subjetividade; o mundo interno e o mundo externo. A Teoria das Representações Sociais foi tomada, então, como um recurso metodológico e epistemológico que contribuía para o desenvolvimento da Psicologia Sócio-Histórica, no trabalho da chamada Escola de São Paulo que teve a profa. Silvia Lane à frente.

Mesmo reconhecendo esta contribuição, restam dúvidas sobre o quanto tal teoria conseguiu cumprir a tarefa de ruptura da dicotomia, ou seja, se contribuiu efetivamente para a apreensão deste sujeito social, ou, de uma forma mais contemporânea, da



constituição social da subjetividade, ou ainda, se esta tarefa/meta, de superação da dicotomia, foi, historicamente, se firmando como essencial à teoria em questão.

Talvez esta seja nossa maior indagação à Teoria das Representações Sociais. Não teria ela mantido o mundo psicológico e o mundo social como estranhos um ao outro? Como está pensada a relação do sujeito com o mundo coletivo? Como estão postas as relações entre a representação social e as formulações individuais dos sujeitos que compõem o coletivo? Que relação fica mantida entre as teorizações coletivas e as construções emocionadas dos sujeitos? Não teria a Teoria das Representações Sociais abandonado o sujeito ou tomado sua individualidade como algo que não lhe pertence ou interessa como objeto de investigação ou aspecto fundamental da constituição das próprias representações?

São questões para o diálogo, porque dizem respeito a aspectos que a Psicologia Sócio-Histórica toma como fundamentais. A dinâmica entre o indivíduo e o social e a compreensão das produções em cada um destes âmbitos, a partir da relação dialética que mantêm, é elemento epistemológico central para os chamados sócio-históricos. Assim, pontuamos um primeiro ponto de nosso diálogo com a Teoria das Representações Sociais.

Podemos então avançar para outras considerações.

A concepção de homem, dialeticamente constituído, homem este que revela em todas as suas ações, pensamentos e afetos, no social, na ideologia e na cultura, aproxima a concepção de homem da teoria das representações da Teoria Sócio-Histórica. No entanto, ao colocar que, a busca da Psicologia Sócio-Histórica centra-se na “gênese social do individual” e que pretende apreender o processo de constituição do indivíduo histórico, segue-se, a nosso ver, um trajeto que se diferencia do proposto pelas representações sociais.

Parece-nos que, quando Moscovici (1981, p.181) afirma que “... por representações sociais, entende um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana, no curso de comunicações interpessoais (...) e que podem ser também vistas como visão contemporânea do senso comum” ou, quando Moscovici e Marková (2003, p.140) afirmam que “são tipos de crenças paradigmáticas, organizações de crenças, organizações de conhecimentos e linguagem, e as encontramos em distintos tipos de estruturas de conhecimentos”, estão constituindo outro fenômeno, e assim, buscando compreender outro aspecto fundamental da realidade social, ou seja, o da construção de conhecimentos pelo senso comum.

É importante a afirmação de Banchs de que seria injusto acusar a teoria das representações sociais de reducionismo sociológico por não explicar e se deter na análise

da subjetividade, (na gênese individual do social) dado que, segundo a autora, o objeto de estudo das representações sociais é “a construção do conhecimento do sentido comum” (2002, p.52), sem deixar de entender que o “fenômeno das representações sociais se coloca na interface do psicológico e do social, concorrendo para a construção social da realidade.” (2002, p.53).

Isto posto, podemos considerar que a Psicologia Sócio-Histórica e a Teoria das Representações Sociais têm focos diferentes, sem dúvida, mas que existem interfaces ou fronteiras em alguns momentos compartilhadas. Cada uma das teorias em questão, como já afirmamos, tem seu foco. Como coloca Banchs (2002), podemos entender tais diferenças como uma relação de figura e fundo, onde cada uma coloca ênfase em um aspecto como seu objeto de conhecimento, sem ignorar a importância do outro (o sujeito/ conhecimento do senso comum/conhecimento socialmente compartilhado). Isto é fundamental se quisermos trabalhar no campo da dialética, ou seja, sem produzir dicotomias entre social e individual, externo e interno, como nos parece ser a intenção das duas teorias. Há sem dúvida uma fronteira compartilhada.

Temos assim, por um lado, a Psicologia Sócio Histórica buscando a apreensão dos sentidos, mas jamais esquecendo o papel essencial dos significados sociais como constitutivos, como a única forma de não perdemos a materialidade e o movimento dialético no processo de construção dos sentidos e de não cairmos nas armadilhas do individualismo, da naturalização e da psicologização. Portanto, o esforço analítico realizado para alcançarmos as zonas de sentido se dará considerando a unidade dos processos cognitivos, afetivos e biológicos, e a dialética entre eles e os significados sociais como seus elementos constitutivos essenciais. A própria compreensão dos significados se dá a partir das expressões de sentido. Sentido e significado estão permanentemente em relação; existem no sujeito e, por isto, têm existência no coletivo dos sujeitos.

Por outro lado temos as Representações Sociais, que sendo sempre representação de alguma coisa, se referem a uma modalidade de conhecimento particular que cria as condições de comunicação entre indivíduos, os constitui e à própria realidade social. Segundo Moscovici, é um

Sistema de valores, idéias e práticas que tem uma dupla função: em primeiro lugar, estabelecer uma ordem que permita aos indivíduos orientar-se num mundo social e material e dominá-lo; e, em segundo lugar, permitir a comunicação entre os membros de uma comunidade, fornecendo um código para o intercâmbio social e um código para denominar e classificar de maneira

inequívoca os distintos aspectos de seu mundo e de sua história individual e grupal (MOSCOVICI *apud* DUVEEN; LLOYD, 2003, p. 29).

Importante destacar ainda, que a Teoria das Representações Sociais, tendo como objeto específico, "... a construção do conhecimento do sentido comum" (BANCHS, 2002, p.52), tem, do mesmo modo que a Psicologia Sócio-Histórica, buscado uma análise que se pautar na perspectiva genética, por considerar que, "... a estrutura de qualquer representação é uma construção, e, portanto, resultado de um processo de desenvolvimento" (DUVEEN; LLOYD, 2003, p.34), que poderíamos dizer, histórico. Deste modo, entende-se que a construção das representações sociais, deve ser apreendida como se dando num processo dialético.

Isto posto, sem, portanto, a intenção de substituir uma proposta pela outra, dada a importância e peculiaridade de cada uma delas, queremos apresentar mais algumas indagações que, reafirmamos, têm a intenção de estabelecer o diálogo com um campo teórico. O uso, o fortalecimento e a ênfase em algumas categorias próprias do Materialismo Dialético, e assim, fundamentais a Psicologia Sócio-Histórica, trariam, a nosso ver, ganhos para a Teoria das Representações Sociais, no sentido de um maior potencial explicativo do processo de produção das representações. Esta afirmação caminha na direção de defender que as teorias das quais falamos (Representação Social e Sócio-Histórica) se afastam por uma questão metodológica. Elas se afastam não só pelas suas peculiaridades, mas pelo fato de a Teoria das Representações Sociais não utilizar sempre (reconhecendo que produções mais atuais, como Jean Claude Abric e Claude Flament na TRS, já caminham nessa direção), na sua radicalidade, algumas categorias fundamentais do Materialismo Dialético, que, a nosso ver, contribuiriam para que proposições teóricas apresentadas como importantes fossem efetivadas nas pesquisas da área.

Em primeiro lugar, coloquemos sobre a mesa a categoria Mediação: tal categoria é entendida como instância que articula objetos, processos, que sendo diferentes, singulares, só podem ser compreendidos um na relação com o outro e em uma relação onde um não é sem o outro; onde um garante a existência do outro. Essa categoria não tem, portanto, a função de apenas reunir a singularidade e a universalidade, mas de ser o centro organizador objetivo dessa relação. A categoria mediação possibilita apreendermos uma relação para além de sua imediatividade, nos apropriando de seu processo, dos elementos que a constituem, explicitando que uma relação que antes era vista como direta, na realidade contém processos e elementos que a articulam e a constituem. Tal categoria nos permite a compreensão de algo que cremos importante,

tanto para as pesquisas sobre as representações sociais como sobre os sentidos e significados. Ela revela/explicita que a singularidade constrói-se na universalidade e essa se concretiza na singularidade pela mediação da particularidade. Pensamento este que qualifica tanto a apreensão dos sentidos como das representações sociais.

A utilização dessa categoria permite uma análise não dicotômica, social-individual, externo-interno. Uma análise na qual sentido e significado nunca podem ser vistos apartados um do outro, que permite a apreensão do individual como social, e, no caso das representações, permite apreendê-las, não como reflexo especular do social, nem como apartadas deste; como algo novo, mas que contem o social, que vai mediar/expressar o social, sem ser o social. Como algo que se constituiu em um processo dialético.

Concordamos com Castorina e Kaplan (2003, p.12) que as representações se transformam no curso das interações e que uma das características essenciais de toda a corrente moscoviciana é a necessidade de se destacar a gênese social das representações. No entanto, vemos que precisamos ir além desta colocação, ou melhor, precisamos criar as condições para que este movimento de apreensão da gênese se efetive. No sentido de focar a questão aqui discutida (não dicotomia), resgatamos algumas das perguntas de pesquisa que os autores em questão formulam como sendo relevantes; vejamos: “as crianças se apropriam das Representações Sociais de maneira passiva ou ativa?” “Qual a relação entre as representações e o conhecimento individual?”. Avaliamos que apesar de os autores destacarem a preocupação com a gênese do social e com as formas de apropriação dos sujeitos, uma possível resposta a estas perguntas só será possível se encontrarmos categorias com maior potencial explicativo, como no caso, a de mediação. Deste modo, avaliamos que algumas pesquisas colocadas no campo das Representações Sociais nos parecem carentes de uma análise que considere as mediações constitutivas, que revele que as relações não são diretas, as aparências são enganosas e o plano da descrição é limitado. Descrever as representações sociais de um grupo humano não permite um conhecimento mais profundo e qualificado das determinações que resultaram no fenômeno; não garante perspectiva histórica da compreensão do processo, do movimento que se deu, onde se produziu a representação.

Destacamos, então, outra categoria: a da historicidade. Esta é uma categoria essencial para a compreensão do processo a que nos referimos. Acreditamos que tanto para apreendermos os sentidos (focando o sujeito social), como as representações sociais, é fundamental o entendimento de Marx e depois reafirmado por Vigotski (manuscritos de 1929), da noção de historicidade. Em um primeiro lugar podemos dizer que existe uma dialética geral das coisas, que os fatos, os sujeitos se transformam dialeticamente, pelas

contradições, nas contradições, em um movimento constante; e em um segundo lugar, que os fatos, sujeitos se transformam no decorrer da história, ao longo do tempo, nas relações com o mundo material. Deste modo, vemos que tal categoria vem para nos ajudar a apreendermos o movimento, o processo constitutivo dos fenômenos, sem se perder a possibilidade de leitura das contradições e a materialidade, o que nos afasta de leituras mecânicas, simplistas, que entendem que as mudanças se dão em etapas e de modo linear. Tal categoria nos permite captar o movimento da ideologia, da cultura como determinantes das representações e dos sentidos, de modo dialético, e, especialmente, sem ficar só na descrição, mas indo à análise de seus processos constitutivos. Vemos como extremamente relevante a preocupação de Castorina e Kaplan (2003, p.35), ao afirmarem que, “uma explicação adequada da ontogênese deve descrever a maneira em que as representações sociais se ativam psicologicamente nos indivíduos”. No entanto, para que tal explicação ocorra, é necessária realização de uma análise que considere o movimento dialético/histórico existente entre as dimensões objetiva e subjetiva das representações e que considere plenamente o papel das categorias mediação e historicidade.

Entendemos que a Teoria das Representações Sociais tem também, como a Psicologia Sócio-Histórica, buscado superar a dicotomia, característica das posições positivistas e empiricistas, mas que não tem feito isto recorrendo às categorias da dialética, caminho que a nosso ver é o único possível para a superação efetiva da dicotomia. O recurso da dialética permite entender indivíduo e coletivo integrados em um mesmo processo, onde um não é o outro e não se dilui no outro, mas ambos são parte de um mesmo movimento, caracterizando-se como âmbitos do processo. A mediação e a historicidade, como categorias do pensamento dialético, devem ser parceiras permanentes nessa busca.

Além disto, é importante destacar que nada deve ser tomado como natural, idéia tão presente nas formas positivistas de pesquisar, o que implica abandonar a finalidade descritiva para nos aproximarmos da compreensão e explicação dos processos no qual se constituem os fenômenos. Se nossas investigações permitem um conhecimento das representações sociais de um grupo, devemos tomá-las como uma etapa empírica da investigação, pois é preciso, em seguida, compreendermos o movimento da realidade (objetiva/subjetiva) que permitiu esta construção. Representações sociais, assim como sentidos e significados, devem ser tomados como históricos nos dois sentidos apontados acima. Cabe aqui, reconhecer produções importantes no campo da Teoria das Representações Sociais que explicitam esses pressupostos e fazem seus estudos considerando a importância da crítica às visões naturalizantes. A obra de Almeida e

outros (2006) sobre violência, exclusão e desenvolvimento humano é exemplo desta visão.

Cabe destacar ainda a categoria afetividade. Temos nos empenhado no aprofundamento desta categoria, para a apreensão dos processos constitutivos dos sentidos (que em última instância é nossa meta), ou seja, de como o sujeito transforma o social em individual, onde a categoria afetividade é fundamental. A compreensão de que o pensamento é emocionado, de que, como nos ensina Vigotski (2001, p.479): “O próprio pensamento não nasce de outro pensamento, mas do campo da nossa consciência que os motiva, que abrange os nossos pendores e necessidades, os nossos interesses e motivações, os nossos afetos e emoções”, é momento essencial da reflexão teórica. Destaca-se, deste modo, que só os aspectos afetivos e volitivos podem responder aos últimos porquês de nossos pensamentos. Eles tornam-se condição para a apreensão do sujeito, nas suas contradições e na sua síntese dialética emoção/razão. Do mesmo modo, ousamos dizer que, ao se buscar a apreensão das representações sociais e a compreensão dos processos que as constituem, é fundamental uma perspectiva não meramente cognitiva, mas sim uma concepção que considere a importância da afetividade. Neste sentido, não podemos desconsiderar as expressões afetivas neste processo. Elas não podem ser vistas como epifenômenos, mas sim como essenciais, como reveladoras e constitutivas dos sujeitos, da cultura e da ideologia.

Mesmo tendo claro que, as representações sociais não têm o foco na apreensão do sujeito/subjetividade, acreditamos que pode ser uma estratégia interessante para a compreensão e análise dos processos de constituição das representações a clareza da não dicotomia afeto/razão e a compreensão do quanto elas são atravessadas pelos afetos e implicações dos sujeitos. Tal movimento analítico pode contribuir, a nosso ver, para a teorização do processo de constituição das representações. Assim, mais uma vez afirmamos a relação dialética entre o simbólico e o emocional como disposição metodológica fundamental.

Frente a isto, lembramos de outra subcategoria que muito pode nos ajudar a compreender os movimentos do sujeito, as construções de sentidos, e, porque não, o processo de produção das representações. Estamos nos referindo à categoria necessidade. Sem nos alongarmos nessa discussão, podemos afirmar que a categoria necessidade se refere a um estado de carência do indivíduo, social e historicamente constituído, que leva à sua ativação com vistas à satisfação, dependendo de suas condições de existência. Temos assim, que as necessidades se constituem e se revelam a partir de um processo de configuração das relações sociais, processo esse que é único, singular e histórico ao mesmo tempo. Assim, tal processo só pode ser entendido como fruto de um tipo

específico de registro cognitivo e emocional, ou seja, a constituição das necessidades não se dá de forma intencional, tendo as emoções como elemento fundamental. Como coloca Gonzalez-Rey, citando Davidov: “Se as emoções ‘dizem’, Não, os meios não estão disponíveis, a pessoa se nega a realizar a tarefa.” (DAVIDOV *apud* GONZALEZ-REY, 2003, p.245). Tais estados de desejo, de tensão, mobilizam o sujeito, criam experiências psíquicas, mas não direcionam sua ação. Este processo só vai se completar quando, na relação com o mundo social encontrar algo que seja significado como algo possível de satisfazer suas necessidades. Este fenômeno será o que motivará sua ação. O que pretendemos dizer é que, ao apreendermos as necessidades e motivos dos sujeitos, seremos capazes de avançar na compreensão do seu processo, do porquê de suas ações, do que o mobiliza e motiva. Identificamos preocupação semelhante, quando Moscovici afirma que “... o conflito e a tensão são importantes para a formação das representações sociais (...) entre indivíduos, grupos etc.” (2003, p.135). Tal preocupação nos parece pertinente, na medida em que não se pode imaginar a constituição do pensamento, da linguagem e da comunicação (aspectos fundamentais para o estudo das representações) sem serem atravessadas pelas contradições, pelos conflitos e pela afetividade, elementos que, sem dúvida, impulsionam e constituem sujeito e suas expressões. Tal compreensão, que se constitui num processo de teorização, pode contribuir para a explicação das formas de atuar/pensar/sentir dos sujeitos, e, porque não, das pequenas teorias ou representações sobre práticas, processos vividos e sobre a vida. Ambas as teorias aqui referidas reconhecem a tensão sujeito-coletivo como importante aspecto e buscam, a sua maneira, a compreensão dessa relação.

Assim, se as representações sociais têm uma elaboração psicológica e social do real a partir de experiências associadas à tradição (informações, saberes, modelos de pensamento), desvelá-las pode permitir a compreensão de como os sujeitos sociais apreendem os acontecimentos da vida corrente. Do mesmo modo, é compreender como os dados, as informações, o conhecimento espontâneo ou senso comum consolidam o conhecimento prático que é socialmente elaborado e partilhado. (CRUZ, 2006, p.161)

Creemos que a construção e aprimoramento de categorias devem se constituir em uma tarefa importante para que aprofundemos nossas investigações, nossas teorias e assim, o conhecimento da realidade social.

Moscovici, ao discutir críticas formuladas a teoria das representações sociais, afirmou que “uma definição rigorosa não é ponto de partida senão de chegada em uma disciplina científica” (MOSCOVICI *apud* CASTORINA; KAPLAN, 2003, p.11). Estamos

inteiramente de acordo com Moscovici e vemos o percurso de construção das categorias de análise como um processo longo, mas absolutamente necessário para que iluminemos a complexidade da realidade social que se apresenta em nossas pesquisas. Nosso desafio como perspectiva científica, no campo da Psicologia, é a construção de categorias de análise capazes de dar visibilidade a uma dimensão importante da realidade de cada sujeito e do coletivo: a dimensão subjetiva. Nossas teorias podem ser pensadas como parceiras nessas intenções e esforços, daí a importância de dialogarmos sobre nossos caminhos, já que a busca é tão comum.

### *Referências*

- ALMEIDA, A. M. O. et al. *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BANCHS, M. A. Representaciones Sociales y subjetividad. In: FURTADO, O.; GONZALEZ-REY, F. L. *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. (Org.). São Paulo: Casa do psicólogo, 2002.
- BOCK, Ana M. B. Eu caçador de mim: pensando a profissão de psicólogo. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CASTORINA, J. A.; KAPLAN, C. V. Las representaciones sociales: problemas teóricos y desafíos educativos. In: CASTORINA, J. A. (Org.). *Representaciones sociales: problemas teóricos y conocimientos infantiles*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.
- CRUZ, Fátima M. L. Representações sociais, identidade e exclusão social: o fracasso escolar em matemática. In: ALMEIDA, A. M. O. et al. *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano*. Estudos em representações sociais. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- DUVEEN, G.; LLOYD, B. Las representaciones sociales como una perspectiva social. In: CASTORINA, J. A. (Org.). *Representaciones sociales: problemas teóricos y conocimientos infantiles*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.
- GONZALEZ-REY, F. L. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson, 2003.
- GONZALEZ-REY, F. L. *O Social na Psicologia e a Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2004



GONZALEZ-REY, F. L. *Pesquisa Qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson, 2005.

LANE, Silvia T. M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.) *Psicologia Social: o homem em movimento*, São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. La presentación de las representaciones sociales: diálogo con Serge Moscovici, In: CASTORINA, J. A. (Org.). *Representaciones sociales: problemas teóricos y conocimientos infantiles*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

MOSCOVICI, S. On social representations. In: FORGAS, M. *Social Cognition: perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press, 1981.

SÁ, Celso P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. *Teoria de las emociones: estudio histórico-psicológico*. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2004.

Apresentado em 27/07/2008 aprovado em 6/10/2008

